



Eunício anuncia reformulação da TV Senado e nova RadioAgência

Com mudanças na programação da TV Senado e com a nova RadioAgência, anunciadas ontem pelo presidente da Casa, Eunício

Oliveira, os senadores terão mais espaço para debater seus projetos. Mais de 2,5 mil emissoras de rádio do país terão acesso a conteúdos. **2**

Eunício, entre Gladson e João Alberto, anuncia mudanças na comunicação da Casa, com a presença de Angela Brandão e Bandeira

Jornal do Senado

www.senado.leg.br/jornal

Ano XXIII — Nº 4.746 — Brasília, quarta-feira, 9 de agosto de 2017

Projeto que reduz imposto da aviação abre pauta de hoje

Projeto de Randolfe objetiva o aumento do número de voos em todo o país, sobretudo para os estados da Região Norte, e maior oferta de serviços da aviação regional

O primeiro item a ser votado na sessão de hoje será o projeto que unifica a alíquota do ICMS incidente sobre os combustíveis de aviação, informou o presidente do Senado, Eunício Oliveira. Caso seja aprovado, o texto seguirá para promulgação como resolução. A votação ocorreria ontem, mas o adiamento foi sugerido pelo líder do

governo, Romero Jucá, porque havia menos senadores em Plenário que o número mínimo de votos favoráveis necessário para o projeto ser aprovado. A proposta foi apresentada por Randolfe Rodrigues e assinada por outros 40 senadores, com o objetivo de permitir o aumento da oferta de voos no país, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste. **3**

Avança estímulo à produção de café tipo superior

A adoção da Política Nacional de Incentivo à Produção de Café de Qualidade deu mais um passo ontem, ao ser aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos. A iniciativa segue para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. **7**

Começam debates sobre a reforma do Código Penal

A Comissão de Constituição e Justiça realizou a primeira de uma série de audiências públicas para instruir a análise da reforma do Código Penal. O relator, Antonio Anastasia, disse que vai ouvir as sugestões dos convidados, de todos os segmentos. **5**

Infraero poderá ter parte do capital aberto, afirma ministro dos Transportes

O ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella, negou ontem, em audiência no Senado, que a Infraero será toda privatizada.

Admitiu, porém, que estuda abrir o capital da empresa para que ela se torne sustentável. Ele anunciou ainda novas concessões de aeroportos. **5**

Pedro França/Agência Senado



Quintella defendeu desburocratização no setor de transportes, em debate dirigido por Gurgacz



Líder indígena Elizeu Lopes (E) no debate conduzido por Regina Sousa

Índios pedem apoio do Senado para demarcação de terras

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, índios pediram aos senadores apoio para evitar a adoção do critério do marco temporal na demarcação de terras indígenas.

Pelo critério, só teriam direito à terra os povos que estivessem no local em 1988, data de promulgação da Constituição. A questão está em análise no Supremo Tribunal Federal. **8**

Fontes alternativas de energia devem ganhar incentivo **8**

Brasil terá nova embaixadora em Gana **6**

Grupo vai definir prioridades em segurança **4**

Indústria reclama de mudança nas regras do BNDES **7**

Desembargadora é reconduzida ao CNJ pelo Plenário **6**

Eunício avisa que Senado não votará três MPs **2**

Conselho de Ética decide arquivar denúncia contra seis senadoras



O Conselho de Ética aprovou ontem o arquivamento de denúncia contra seis senadoras que ocuparam a mesa do Plenário no dia da votação da reforma trabalhista. Elas foram acusadas de tentar impedir o andamento dos trabalhos. O presidente do conselho, João Alberto Souza, submeteu ao colegiado questão de ordem de Humberto Costa pedindo que fosse reconsiderada a denúncia contra Ângela Portela, Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Lídice da Mata, Regina Sousa e Vanessa Grazziotin. **7**

O arquivamento foi aprovado pelos integrantes do conselho por 12 votos a 2 e 1 abstenção

Eunício anuncia mudanças em serviços de comunicação

Nova grade da TV Senado tem quatro horas de jornalismo diário e prioriza espaço para senadores debaterem seus projetos; a nova RadioAgência Senado oferecerá conteúdo a mais de 2,5 mil emissoras

O INÍCIO DA transmissão da nova programação da TV Senado e o lançamento da nova RadioAgência Senado foram anunciados ontem pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira. As mudanças visam ao aperfeiçoamento dos serviços de comunicação da Casa.

A nova grade da TV privilegia a participação dos senadores para que todos possam apresentar seus pontos de vista e debater seus projetos. O objetivo é oferecer ao público o conteúdo de toda a atividade legislativa, direto da fonte.

— Com a nova programação, serão quatro horas no mínimo de jornalismo diário, de segunda a sexta-feira, na TV Senado, pela manhã e à noite, logo após as sessões plenárias, para explicar à sociedade de forma didática, atraente e o mais interessante possível tudo o que acontece no Senado e que de alguma forma repercute diretamente na vida de cada cidadão e cidadã — informou Eunício.

Para isso, foram idealizados novos programas e foi modernizado o estúdio de entrevistas, sem nenhum custo adicional, com o uso de materiais reciclados e a criatividade das equipes da Secretaria de Comunicação Social (Secom).

As mudanças ficarão mais claras a partir desta semana, disse Eunício. Ele lembrou que, ao assumir a Presidência do Senado, comprometeu-se em comandar democraticamente, com todos os senadores, independentemente de partido.

— Conversando com senadoras e senadores, entendi que era preciso continuar aperfeiçoando os veículos de comunicação do Senado. Algumas dessas mudanças ficarão mais claras a partir de agora, para que esta Casa possa se apresentar à sociedade brasileira, sem exceções e preferências — afirmou Eunício.

A diretora da Secom, Angela



Angela Brandão e Eunício Oliveira anunciam nova programação e serviços

Brandão, ressaltou a importância das mudanças.

— A sociedade vai poder acompanhar de perto o trabalho de todos os senadores e senadoras. Essa foi uma orientação do presidente do Senado que nós abraçamos com muita alegria.

Novidades

Já estão no ar dois novos programas da TV Senado. O *Salão Nobre*, exibido às 20h de quinta-feira, tem 30 minutos e discute temas de relevância nacional com líderes partidários, presidentes das comissões, autores e relatores dos projetos. No *Assunto de Estado*, na segunda-feira às 20h, também com 30 minutos, os senadores são entrevistados sobre questões da agenda de seus estados.

A TV Senado estreia novo visual, novos cenários, novos horários, e mais tecnologia nos estúdios, com transmissão 100% digital, em formato 16:9, que assegura melhor imagem.

A nova RadioAgência Senado, que amplia o serviço prestado pela Rádio Senado, estará no ar na próxima semana. Vai oferecer gratuitamente pela internet programas, entrevistas e notícias, inicialmente para mais de 2,5 mil emissoras de rádio em todo o Brasil. A expectativa, afirmou Eunício, é que esse número aumente.

— Tenho certeza que é um número que tende a crescer. Mas tudo isso só faz sentido na medida em que, realmente, contemple o trabalho de todos os senadores e senadoras.

Aproximação

Angela acrescentou que a nova RadioAgência permitirá a aproximação com as demais emissoras de rádio do país.

— Será um espaço exclusivo de relacionamento do Senado com emissoras de rádio do país inteiro, aumentando a possibilidade de uso do nosso material e dando mais transparência ao trabalho parlamentar — avaliou.

Senadores como Sérgio Petecão (PSD-AC), Lasier Martins (PSD-RS), Wellington Fagundes (PR-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Antonio Anastasia (PSDB-MG) e Vicentinho Alves (PR-TO) elogiaram as mudanças e o trabalho da comunicação.

Wellington destacou que, em parceria com a TV da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, a TV Senado transmitiu o seminário sobre a BR-163, realizado pelas Comissões Senado do Futuro e de Desenvolvimento Regional em Cuiabá. Ele ressaltou a oportunidade de a Secom ir aos estados e mostrar a realidade do país.

Senado não votará MPs que vencem esta semana

Três medidas provisórias perderão a vigência na quinta-feira e não serão votadas. O anúncio foi feito pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, ontem no Plenário.

— Eu conversei com o presidente da Câmara dos Deputados [deputado Rodrigo Maia] e pedi que não fizesse um esforço para votar essas matérias porque não haveria tempo suficiente para que eu pautasse aqui, no Senado.

As três medidas seriam votadas pelos deputados ontem e ainda teriam que ser confirmadas pelo Senado. Mas um acordo de lideranças na Casa prevê que não serão votadas MPs que cheguem ao Senado a menos de uma semana de perder a validade.

A principal MP que deixará de ser votada é a que acaba com a desoneração da folha de pagamentos (MP 774/2017). A segunda medida

(MP 772/2017) aumenta de R\$ 15 mil para R\$ 500 mil o valor máximo de multa para frigoríficos que infringirem a legislação sanitária.

Também não será votada a MP 773/2017, que autoriza estados, Distrito Federal e municípios a usar dinheiro do Imposto de Renda e da multa incidentes na regularização de ativos no exterior para cumprir o limite constitucional de gastos com educação.

Cristovam pede recursos para o ensino superior

O Brasil não está conseguindo manter as universidades públicas em pleno funcionamento, lamentou Cristovam Buarque (PPS-DF). Segundo ele, isso se deve ao déficit herdado dos governos anteriores e a escolhas equivocadas de gastos do governo atual, como a liberação de verbas para deputados que votaram contra denúncias envolvendo o presidente Michel Temer.

— É hora de a comunidade acadêmica lutar de forma diferente. É preciso pedir recursos, mas dizendo de onde eles virão. E é necessário apresentar margem para redução de gastos com base na eficiência.



Waldemir Botelho/Agência Senado

Requião critica estatal para títulos financeiros

Roberto Requião (PMDB-PR) criticou o que chamou de farsa da manipulação da dívida por estatais e atacou o projeto que cria uma empresa para emissão de títulos financeiros.

A emissão de papéis com garantia estatal, disse, é uma operação de crédito disfarçada para fugir da Lei de Responsabilidade Fiscal e do controle da Comissão de Valores Mobiliários.

— Trata-se pura e simplesmente de uma operação de agiotagem a que não corresponde absolutamente nenhum trabalho real. É mais um desses negócios que surgem no Congresso.



Waldemir Botelho/Agência Senado

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CCT Radiodifusão

8h30 Entre os 28 itens na pauta da comissão, 18 são sobre autorização de serviços de radiodifusão.

CDR Classificação de estâncias

8h30 A comissão analisa o PLC 147/2015, que estabelece requisitos para a classificação de estâncias.

CAS Agentes de saúde

9h Audiência para debater o PLC 56/2017, que regula a profissão de agentes de saúde. Depois, pauta de 13 itens.

CTFC Dados de internet móvel

9h Na pauta, o PLS 110/2017, que permite acumular saldo de dados de internet móvel, e mais 14 itens.

CPI DA PREVIDÊNCIA Senado e Câmara

9h55 Audiência com consultores.

CCJ Indicação para o CNMP

10h Apreciação de indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público. Depois, pauta de 40 itens.

CE Tecnologia e educação

10h Audiência para debater a tecnologia a serviço da educação.

CDH Estatuto do Trabalho

11h Na pauta de 17 itens, o PLS 650/2011, que propõe demandas de acessibilidade no Minha Casa, Minha Vida. Depois, instalação da subcomissão para criar o Estatuto do Trabalho. Às 14h30, debate sobre o setor rodoviário.

CPI DOS MAUS-TRATOS Instalação

11h Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e vice da comissão.

CRA Pesquisa agropecuária

14h Audiência para avaliar a política de pesquisa agropecuária.

PLENÁRIO Querose de aviação

14h Na pauta, o PRS 55/2015, que unifica a alíquota sobre o ICMS incidente sobre os combustíveis de aviação.

LEI KANDIR Instalação

14h30 Instalação de comissão mista especial sobre a lei.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Plano

14h30 Apresentação do plano de trabalho para 2017 pela relatora, deputada Luizianne Lins. Depois, apreciação de requerimento.

MP 776/2017 Registro de nascimentos

14h30 A comissão da MP, sobre novas regras para registro de nascimento, aprecia relatório.

MP 777/2016 Contratos do BNDES

14h30 A comissão da MP, que cria nova taxa para contratos do BNDES, lê relatório.

MP 780/2017 Débitos não tributários

14h30 A comissão da MP, sobre débitos não tributários, analisa relatório sobre o texto.

MP 778/2017 Dívidas previdenciárias

15h A comissão da MP 778, sobre renegociação de dívidas previdenciárias de estados e municípios, vota relatório.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Plenário vota hoje redução do ICMS sobre combustíveis para aviação

Projeto tem como objetivo permitir o aumento da oferta de voos para todo o país, principalmente para as Regiões Norte e Nordeste

O PROJETO DE resolução que unifica a alíquota do ICMS incidente sobre os combustíveis de aviação será o primeiro item a ser votado na sessão de hoje, anunciou o presidente do Senado, Eunício Oliveira. Caso seja aprovado, o texto seguirá para promulgação.

A votação do PRS 55/2015 ocorreria ontem, mas o adiamento foi sugerido pelo líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), porque o pro-

jeto precisa de, no mínimo, 54 votos favoráveis para ser aprovado, mas havia menos de 65 senadores presentes em Plenário.

O projeto foi apresentado pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) para unificar a alíquota do ICMS incidente sobre o querosene de aviação.

A proposta, que também foi assinado por outros 40 senadores, estabelece a redução de 25% para 12% no teto do

ICMS do querosene de avião em todos os estados.

Voos regionais

Randolfe explicou que a unificação da alíquota do ICMS para combustíveis de aviação vai proporcionar o aumento do número de voos em todo o país, beneficiando em especial os estados das Regiões Norte e Nordeste.

Além disso, segundo o autor da proposta, a aviação regional

e as pequenas empresas aéreas poderão aumentar sua oferta de serviços.

Fátima Bezerra (PT-RN) disse apoiar a matéria, por entender que os números de voos devem aumentar e há a possibilidade de passagens ficarem mais baratas. Vicentinho Alves (PR-TO), Paulo Bauer (PSDB-SC) e Gladson Cameli (PP-AC) também destacaram a importância da resolução para o país.

Subcomissão vai elaborar Estatuto do Trabalho

Criada na semana passada, a Subcomissão Temporária sobre Reforma Trabalhista e Estatuto do Trabalho será instalada hoje, após a reunião deliberativa da Comissão de Direitos Humanos (CDH), que começa às 11h.

Na reunião, serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado para o biênio de 2017-2018.

Para criar a subcomissão do estatuto, a CDH encerrou outra subcomissão temporária, que tratava do marco legal sobre o uso da maconha e não chegou a ser instalada.

A decisão foi tomada porque a CDH pode contar somente com quatro subcomissões em funcionamento ao mesmo tempo. Hoje, existem três subcomissões: a Permanente de Justiça de Transição, a em Defesa da Mulher e a do Tráfico de Pessoas. A nova subcomissão foi proposta Paulo Paim (PT-RS).

Psicólogo na escola pode prevenir suicídio, indica debate

A presença de psicólogos nas escolas pode ser um dos caminhos para combater a depressão entre adolescentes, que em casos extremos pode resultar em suicídio. A opinião foi manifestada ontem por participantes de audiência pública da Comissão de Educação (CE) destinada a debater a adoção de políticas de prevenção do suicídio entre jovens.

Marta Suplicy (PMDB-SP), que conduziu o debate, manifestou apoio a um projeto que efetiva a presença de psicólogos nas escolas (PLC 76/2011).

A proposta também teve apoio de Cristovam Buarque (PPS-DF) e do representante do Ministério da Educação (MEC) na audiência, Felipe Felisbino, que criticou a tendência à medicação excessiva de adolescentes. Para ele, o fato está relacionado à abordagem equivocada que prevalece no atendimento de jovens com transtornos psicológicos.

Felisbino acredita haver desconhecimento na sociedade a respeito do papel que uma abordagem mais técnica, com foco na psicologia, pode ter na



A representante do Ministério da Saúde, Cheila de Lima, fala em audiência pública presidida por Marta Suplicy (C)

superação desses problemas.

Ele informou que o Portal do Professor, na página do MEC na internet, está sendo reestruturado. A nova versão contará com uma capacitação transversal em temas dentro da interface saúde/educação, inclusive de prevenção ao suicídio e do combate ao abuso de álcool e outras drogas.

Felisbino confirmou que conteúdos voltados à prevenção ao suicídio estarão presentes de maneira transversal em diversas matérias do ensino básico na nova Base Nacional Comum Curricular. Ele informou que a pasta desenvolverá cursos presenciais de formação na interface saúde/educação para os professores.

Marta e os representantes do MEC e do Ministério da

Saúde manifestaram apoio à aprovação do PLS 163/2017, que institui a Semana de Valorização da Vida, evento nacional de prevenção ao suicídio a ser realizado em setembro.

Apoio da mídia

A senadora comunicou o apoio da Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) à Semana. Ela considerou "muito relevante" o apoio da Abert e elogiou a intenção do Ministério da Saúde de buscar abordagem direta e sem tabus sobre o suicídio.

— É perfeitamente possível abordarmos o tema do suicídio com cuidado, sem sensacionalismos e valorizando a vida.

Segundo a representante do Ministério da Saúde, Cheila de Lima, o suicídio é hoje a quarta

maior causa de mortes por razões externas no Brasil, com mais de 11 mil óbitos em 2014. Dados do ministério mostram aumento dos casos de suicídio no país nos últimos anos.

— Não temos dúvida de que estratégias de prevenção podem poupar muitas vidas, tanto no âmbito da intervenção direta na área da saúde quanto por meio da conscientização — afirmou Cheila.

O presidente da Associação Brasileira de Estudos e Prevenção ao Suicídio (Abeps), Humberto Corrêa, disse acreditar que a maior conscientização a respeito do suicídio poderá beneficiar milhões de famílias, uma vez que o pouco espaço dado ao tema resulta em poucas dotações a políticas públicas na área.

Ângela: reforma quer sucatear a Previdência

Ângela Portela (PDT-RR) afirmou que, "após a compra de votos para salvar o presidente Michel Temer" de responder a denúncia de corrupção no Supremo Tribunal Federal (STF), o governo fará uma ofensiva pela aprovação de reformas que, segundo ela, diminuem as conquistas dos trabalhadores.

— O que se pretende é sucatear o sistema público de seguridade que começou a ser criado há mais de 70 anos e se consolidou na Constituição de 88.



Valdemir Barreto/Agência Senado

Humberto critica transferência de parte da Hemobrás

O plano do governo de levar para Maringá (PR) parte da produção do fator 8 recombinante foi criticada por Humberto Costa (PT-PE). A produção do remédio para hemofilia está prevista para ocorrer na fábrica da Hemobrás, em Goiana (PE).

Segundo o senador, a tentativa de transferência para a cidade natal do ministro da Saúde, Ricardo Barros, está sendo feita apressadamente, em convênio envolvendo até uma empresa suíça que já teve problema com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).



Valdemir Barreto/Agência Senado

Ressarcimento de plano privado ao SUS deve mudar

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem o projeto que descentraliza o ressarcimento ao SUS por atendimentos prestados a beneficiários de planos privados de saúde. O projeto vai para votação final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A proposta (PLS 308/2015), de Marta Suplicy (PMDB-SP), teve o voto favorável do relator, Ronaldo Caiado (DEM-GO), que acolheu emenda de Ataídes Oliveira (PSDB-TO).

Atualmente, a Lei dos Planos de Saúde (Lei 9.656/1998) determina a restituição do valor total da despesa ao Fundo Nacional de Saúde (FNS).

O projeto altera dispositivo

desta norma para estabelecer duas opções para ressarcimento. A primeira prevê o depósito de metade do valor no FNS e da outra metade no fundo estadual ou municipal de saúde da localidade onde ocorreu o atendimento.

Na segunda opção, o valor total é repassado ao fundo de saúde do ente federado que prestou o serviço. Essa alternativa só poderá ser escolhida pelo estado ou município que, por meio de convênio com a União, assumir o ônus da cobrança da dívida, inclusive por meio judicial.

Ao justificar o projeto, Marta lembrou o processo de descentralização do financiamento da saúde no Brasil e

observou que, de 1990 a 2007, a participação da União no financiamento desse serviço caiu de 73% para 49,1%. Em contrapartida, a parcela paga por estados e municípios cresceu de 27% para 50,9%.

Os argumentos de Marta convenceram Caiado a recomendar a aprovação do PLS 308/2015. O senador citou estudo do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor que revela o ressarcimento ao SUS de apenas 37% de R\$ 1,6 bilhão cobrado pela ANS a 1.510 operadoras de planos privados de saúde.

O PLS 308/2015 tramita com o PLS 485/2015, de Humberto Costa (PT-PE). Ambos seguem para a análise da CAS.

Paim denuncia desvios de recursos previdenciários

Paulo Paim (PT-RS) crê que o governo não conseguirá votar a reforma da Previdência até outubro. O senador disse ser importante a mobilização da sociedade, atenta ao voto dos parlamentares, contra a proposta.

Paim disse que os trabalhadores vão pagar a conta do déficit da Previdência, que, segundo ele, tem origem não nas regras atuais, mas no desvio de dinheiro e na falta de pagamento das contribuições pelas grandes empresas.



Valdemir Barreto/Agência Senado

Relator da reforma do Código Penal diz que aceitará sugestões de especialistas

Na audiência pública promovida ontem pela Comissão de Constituição e Justiça, juristas fizeram críticas à proposta em análise no Senado

A REFORMA DO Código Penal prevista em projeto de lei em tramitação no Senado foi alvo de críticas de especialistas, em audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) ontem. Eles criticaram a tramitação confusa e os pontos falhos do projeto, além de afirmar que a proposta não pode seguir adiante sem uma reformulação.

O professor da Universidade de Augsburg Alaor Carlos Lopes Leite lembrou que o projeto (PLS 236/2012), que tramita há cinco anos no Senado, é controverso desde o primeiro dia em que foi apresentado.

Para ele, apesar de a opinião pública prestar atenção somente na parte especial do código — onde está a classificação dos crimes —, é mais importante discutir a parte geral da lei.

O professor descartou um novo remendo no projeto e disse que seria melhor mexer diretamente no código em vigor.

— Não dá para consertar o inconsertável. A partir da lei vigente, é possível propor novos caminhos. O modo mais adequado e responsável para isso é oferecer propostas a partir da parte geral do CP, que é de 1984.

Projeto ruim

Para o mestre em direito e defensor público da União Gustavo de Oliveira Quandt, o projeto não reúne condições mínimas de se tornar lei. Ele criticou alguns pontos da proposta e disse que o projeto até entra em temas que não deveria, como direitos de visitantes de presos.

— As críticas são feitas com todo o respeito a quem ela-



Edison Lobão (C), presidente da comissão, e Antonio Anastasia (D), vice-presidente e relator, conduzem o debate

borou o projeto, mas com a franqueza que o país merece.

Falta de coerência na dosagem das punições, questões sobre prescrição, medidas de segurança, autoria e participação, penas alternativas e detração (desconto do tempo de prisão sofrida ao longo do processo) foram alguns dos problemas apresentados pelos convidados.

Domínio do fato

Os juristas foram unânimes ao apontar o risco de inserir no texto de um novo Código Penal questões relativas à Teoria do Domínio do Fato, que ficou famosa no Brasil depois de adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento da Ação Penal 470 (mensalão).

A opinião foi compartilhada pela senadora Simone Tebet (PMDB-MS). Segundo ela, significaria “sepultar da vida política as boas almas”.

— Se for adotada de forma generalizada para atingir toda

e qualquer situação, qualquer gestor público, como prefeitos e governadores, estará sujeito a ser responsabilizado por tudo.

Os professores Luís Greco, também titular da Universidade de Augsburg, e Pierpaolo Bottini, da USP, igualmente não gostariam de ver a teoria inscrita na nova lei, diante da complexidade da questão.

— Não se pode responsabilizar alguém pela mera posição hierárquica numa empresa privada ou no setor público. Acho que não é essa a intenção de ninguém nem dos relatores anteriores deste projeto — afirmou Bottini.

Mais debates

O atual relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), disse que, apesar de o projeto já tramitar há anos, não terá pressa para concluir seu relatório. Segundo ele, essa foi a primeira de uma série de audiências com diferentes segmentos do meio jurídico. Os participantes da reunião

apresentaram uma série de sugestões, que serão levadas em conta, disse o relator.

— O objetivo da metodologia é dividir as partes geral e especial. Por enquanto, estamos na parte geral. A parte especial vai cuidar dos crimes em espécie. Novas contribuições foram trazidas e ainda vamos ouvir a magistratura, o Ministério Público e advogados.

Tramitação

O PLS 236/2012 foi elaborado a partir de um anteprojeto de lei apresentado por uma comissão de juristas constituída pela Presidência do Senado com esse objetivo.

O anteprojeto foi encaminhado a uma comissão especial de senadores, onde passou a tramitar como projeto de lei, na forma de substitutivo do então senador Pedro Taques.

Enviada à CCJ, a proposta teve como relator o então senador Vital do Rêgo, que elaborou relatório que não chegou a ser votado.

Pedro Chaves lamenta violência contra mulher

A violência contra a mulher é uma “patologia social” que deve ser combatida de todas as formas, disse Pedro Chaves (PSC-MS).



O senador lamentou os altos índices de agressões e de feminicídio no Brasil. Ele destacou que cerca de 13 mulheres são assassinadas por dia, colocando o país no quinto lugar em taxa de homicídios de mulheres. Pedro Chaves chamou atenção também para os avanços na legislação, como a Lei Maria da Penha e a classificação do feminicídio como crime hediondo.

— Mas os índices de violência continuam assustadores e as fontes de estatísticas sobre crimes, escassas e fragmentadas.

Lídice comemora 11 anos de Lei Maria da Penha

O aniversário da Lei Maria da Penha foi comemorado por Lídice da Mata (PSB-BA). Na opinião da senadora, a legislação, que completou 11 anos, é um marco na história da defesa das mulheres. Mas, segundo ela, estados e municípios ainda aguardam recursos para colocar em pleno funcionamento as redes de proteção. Lídice criticou Temer pelo fim do status de ministério para a secretaria de políticas para as mulheres.



— Organizações de mulheres da Bahia reivindicam a instalação de delegacias especializadas em cidades com mais de 50 mil habitantes, como prevê a Constituição, e a extensão da Ronda Maria da Penha.

Senadores e deputados vão definir prioridades em segurança pública

O Senado e a Câmara dos Deputados vão criar uma comissão mista para tentar acelerar a votação de projetos na área de segurança pública. O anúncio foi feito ontem pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, após reunião com os líderes dos partidos na Casa.

— São cerca de 180 projetos só aqui no Senado que nós podemos analisar para limpar a pauta. Essas matérias estão paralisadas nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania ou nos Plenários da Câmara e do Senado. Vamos discutir quais são os projetos prioritários para a sociedade,

e não para as corporações, e definir prazo para votar essas matérias — afirmou Eunício Oliveira.

O presidente anunciou ainda encontros entre senadores e deputados para debater as prioridades em outras duas áreas.

Na noite de ontem, Eunício recebeu parlamentares na residência oficial da Presidência do Senado para discutir a reforma política. Hoje a pauta será economia.

Medidas provisórias

Eunício Oliveira criticou, após a reunião de líderes, o excesso de medidas provi-

sórias enviadas pelo Poder Executivo. Ele defendeu a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição que estabelece novos prazos para a votação das MPs.

Aprovada pelos senadores em 2011, a proposta ainda aguarda a votação pelos deputados (PEC 70/2011, na Câmara).

— Fui obrigado a dizer que não pautaria três medidas provisórias, inclusive uma da área econômica, que é a questão da reoneração. Pedi ao presidente da República que diminuísse o número de MPs e trocasse essas medidas provisórias que não são tão

urgentes, não são emergenciais, por projetos de lei, para que as Casas possam verdadeiramente debater e legislar para o país — afirmou Eunício.

O líder do DEM, senador Ronaldo Caiado (GO), elogiou a decisão do presidente do Senado de rejeitar medidas provisórias que cheguem ao Senado a menos de dez dias do fim do prazo de vigência.

— Elas serão devolvidas ao Executivo. Prevaleceu aquilo que está na PEC que foi encaminhada à Câmara e não foi lá votada. Será exatamente aquele rito que ele vai cumprir a partir de agora — disse.

Medida autoriza repasses do fundo penitenciário

Presidida pelo senador Ivo Cassol (PP-RO), a comissão mista da Medida Provisória (MP) 781/2017 volta a se reunir na terça, às 15h. Ontem a reunião, destinada ao exame do relatório da MP, que autoriza o repasse de recursos do Fundo Penitenciário Nacional aos estados, Distrito Federal e municípios, foi suspensa. O relator da matéria é o deputado Victor Mendes (PSD-MA).

Ministro nega privatização total da Infraero

Abertura do capital, porém, está em estudo, admitiu Maurício Quintella. Ele anunciou também concessões de aeroportos deficitários em bloco com outros superavitários

O MINISTRO DOS Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella, negou ontem, em audiência na Comissão de Infraestrutura, que o governo tenha planos de privatizar a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero). Ele admitiu, contudo, a possibilidade de abrir parte do capital da empresa.

Segundo Quintella, o governo estuda medidas para resolver os problemas da empresa, que acumula prejuízos bilionários nos últimos anos. Além da venda de parte da Infraero, estão em pauta a concessão em blocos de aeroportos e a criação de uma nova estatal para ficar com os ativos da Infraero ligados à área de navegação.

— O governo jamais anunciou que a empresa seria privatizada. Para o governo, ela é absolutamente estratégica e precisa ser, do ponto de vista financeiro, recuperada. E é isso que estamos fazendo — disse, em resposta a pergunta de um internauta.

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), o governo Temer

promove um “mutirão de privatizações” como solução para a crise. Ela questionou a concessão de aeroportos superavitários.

Quintella disse que o governo Dilma foi o responsável pelos primeiros lotes de concessão de aeroportos, que, afirmou, previam apenas os “filés”, ou seja, os aeroportos mais lucrativos. Os aeroportos de Santos Dumont e Macaé (RJ), Pampulha (MG) e Vitória podem ser os próximos a ser leiloados, afirmou.

— A perspectiva é fazer concessões em bloco: aeroportos superavitários com deficitários. Para quem levar o filé levar o osso também.

A abertura do capital da empresa, informou o ministro, deverá ser decidida nas próximas reuniões do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

— Estamos dando à Infraero condições de ser sustentável.

Hélio José (PMDB-DF) se disse preocupado com a sustentabilidade da Infraero após ter perdido os aeroportos mais



Quintella diz, em audiência presidida por Acir Gurgacz, que abertura de capital deve dar sustentabilidade à Infraero

Pedro Franco/Agência Senado

lucrativos. Para Fernando Collor (PTC-AL), o governo está aprimorando o modelo de concessões. Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) destacou que a nova modelagem atraiu investidores internacionais.

O ministro também fez um apelo pela aprovação de projeto que fixa a alíquota máxima do ICMS sobre o querosene de aviação em 12% (PRS 55/2015).

Ferrovia Bioceânica enfrenta problemas para implantação, afirma secretário

A construção da Ferrovia Bioceânica, entre Brasil e Peru, depende de acordo entre os países sobre o melhor traçado, informou ontem o Secretário de Fomento e Parcerias do Ministério dos Transportes, Dino Batista, na audiência ontem.

Pelo estudo básico de viabilidade técnica, a extensão total do traçado da Bioceânica é de 4,9 mil quilômetros. O trecho peruano tem 1,6 mil quilômetros e o brasileiro, quase 3,3 mil. Ela se inicia em Campinorte (GO), passando por Mato Grosso, Rondônia e Acre, até chegar à fronteira.

O problema, segundo Batista, é que o Peru quer que a ferrovia passe por uma região que está a 4 mil metros de altitude — em uma região

politicamente importante para o país —, o que custaria R\$ 20 bilhões a mais que a rota sugerida pelo Brasil. Já o governo brasileiro prefere que a Bioceânica passe por outra região, que está a 2,7 mil metros de altitude, para chegar ao Pacífico. O custo total nesse caso seria de R\$ 50 bilhões.

Outro problema está na diferença das bitolas usadas nas ferrovias brasileiras e peruanas, o que poderia exigir um transbordo na fronteira, também encarecendo o projeto. Mas tudo depende da retomada das conversas entre Lima e Brasília.

— Desde a eleição peruana do ano passado a interlocução está difícil.

Quintella defende desburocratização de processos no setor

Maurício Quintella também destacou o problema da burocracia para obras emergenciais no Brasil e defendeu a modernização dos processos.

Uma das saídas, explicou, é o Programa de Parcerias de Investimento (PPI), que substitui um modelo baseado em um forte crescimento do PIB e abundante oferta de financiamento, que culminou

com uma série de obras paralisadas. A ideia agora, disse, é garantir segurança jurídica, projetos com “elevado grau de maturidade” e sem tanta dependência de recursos públicos subsidiados.

Para Wellington Fagundes (PR-MT), a nova modelagem garantirá segurança aos contratos.

O ministro abordou também

a questão dos portos e disse que, devido à crise, recursos foram contingenciados. Por isso, o governo tem apostado na reformulação das concessões.

No caso das rodovias, afirmou, a ênfase dada está na conclusão de obras complexas, como a BR-242/BA, e na continuidade de obras estratégicas, como os corredores de exportação.

Vai a Plenário empréstimo para programa de drenagem e mobilidade no ABC Paulista

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou autorização para contratação de crédito externo no valor de até US\$ 125 milhões, com garantia da União, destinado ao financiamento parcial do Programa de Infraestrutura Urbana de São Bernardo do Campo (SP). A operação deverá ser firmada entre a Corporação Andina de Fomento

(CAF) e, na contraparte, o município do ABC Paulista.

Convertida em projeto de resolução, a proposta do Executivo (MSF 42/2017) segue agora para decisão final em Plenário, com pedido de urgência sugerido por Ataídes Oliveira (PSDB-TO).

Em seu relatório, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) salientou que as infor-

mações prestadas pela Secretaria do Tesouro Nacional mostram que São Bernardo do Campo atende os limites e requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Os recursos serão usados para complementar o financiamento de obras para a melhoria da qualidade de vida da população, por meio de

investimentos em infraestrutura viária, aprimorando a mobilidade urbana com os corredores Leste-Oeste e Alvarenga; e de saneamento, com a implantação de um sistema de drenagem para eliminar a ocorrência de alagamentos em duas áreas da cidade: no centro e na região do Ipiranga/Vivaldi, no bairro Rudge Ramos.

PEC sobre tribunais de Contas volta a comissão

A proposta de emenda à Constituição que estabelece os tribunais de Contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública passou ontem pela segunda sessão de discussão em segundo turno. Por ter recebido emenda de Plenário, a PEC 2/2017, de Eunício Oliveira (PMDB-CE), volta à análise da Comissão de Constituição e Justiça. Depois passará por outra sessão de debate e votação em Plenário.

Otto acusa Temer de reter recursos para a Bahia

Otto Alencar (PSD-BA) acusou o governo de retaliar parlamentares que votaram pela abertura de processo contra Michel Temer. De acordo com o senador, Temer ordenou que não fosse liberado empréstimo de R\$ 600 milhões à Bahia, mesmo com o contrato publicado no *Diário Oficial da União*.

Otto disse que recebeu pedido do Planalto para que o PSD votasse a favor de Temer, mas afirmou que seu partido é independente. Ele garantiu que vai cobrar a liberação do empréstimo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Fátima cobra melhorias em estradas potiguaras

Fátima Bezerra (PT-RN) relatou ter cobrado do ministro dos Transportes, Maurício Quintella, melhorias na infraestrutura de transportes do Rio Grande do Norte. Segundo ela, os problemas nas estradas têm prejudicado não só a economia do estado, mas também a segurança dos motoristas.

Além da retomada da duplicação da Reta Tabajara, na BR-340, a senadora reivindicou obras em outras rodovias que cortam o estado e disse ter pedido a liberação de recursos para manutenção.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Valdir Raupp relata visitas a municípios de Rondônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) relatou em Plenário visitas que fez no último fim de semana em Rondônia.

Em Porto Velho, ele reuniu-se com parlamentares da Coreia do Sul, interessados em parceria com o Brasil para a construção de laboratórios e centros de pesquisa na área de biotecnologia. O senador também compareceu ao distrito de Novo Bandeirantes, onde tratou da regularização fundiária da região, e foi a outras cinco cidades do estado.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senado aprova indicada para embaixada em Gana

Para Maria Elisa Teófilo de Luna, o continente africano é percebido hoje como “a última fronteira do capitalismo”, e o Brasil precisa ampliar os laços com o continente de maneira mais efetiva

FOI APROVADA ONTEM a indicação da diplomata Maria Elisa Teófilo de Luna para o cargo de embaixadora do Brasil em Gana.

Maria Elisa formou-se em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ingressou na carreira diplomática em 1980. No Itamaraty, desempenhou funções de destaque como a de consulesa-adjunta na Itália e no Paraguai.

Também foi assessora internacional do Ministério da Agricultura e do Abastecimento

e consulesa-geral no Canadá.

Em sabatina na Comissão de Relações Exteriores (CRE), em julho, a diplomata afirmou aos senadores que o continente africano é percebido hoje como “a última fronteira do capitalismo” e defendeu que o Brasil precisa ampliar de maneira mais efetiva os laços com aquele continente.

Brasil e Gana mantêm relações diplomáticas desde 1960. De 2006 a 2015, o comércio bilateral de bens entre os dois países sofreu decréscimo de

0,6%, mas manteve saldo favorável para o Brasil.

Os principais produtos exportados para Gana em 2015 foram açúcar, móveis, construções pré-fabricadas, carnes, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos. Quanto às importações de Gana, o cacau bruto representou 99% do total das aquisições brasileiras em 2015. As aquisições de cobre e manufaturas de cobre detêm participação de 0,6%. Atualmente, estima-se que 94 brasileiros vivam em Gana.

Plenário reconduz desembargadora para compor CNJ

O Plenário do Senado aprovou ontem a recondução de Daldice Maria Santana de Almeida para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Foram 59 votos favoráveis e apenas 3 contrários, além de uma abstenção.

Daldice é desembargadora do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) e foi indicada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) para compor o CNJ no biênio 2017-2019.

Bacharel em direito pela Universidade Federal da Bahia, Daldice ingressou na magistratura em 1993, na 1ª Vara Federal de Santos (SP). Ela tomou posse no cargo de desembargadora federal do TRF-3 em 2010. Antes, de 1991 a 1993, foi procuradora da Fazenda do estado da Bahia.

A desembargadora esteve à frente do Programa de Conciliação da 3ª Região entre 2005 e 2009. No período de 2012 a 2014, Daldice atuou como coordenadora administrativa das subseções judiciárias de Santos e de Bauru, no estado de São Paulo.

Para Simone Tebet (PMDB-MS), “trata-se de uma mulher que vai honrar a magistratura no CNJ”.



Deputado Russomano (C) preside a Representação do Brasil no Parlasul

Itamaraty manifesta apoio à adesão da Bolívia ao Mercosul

O diretor do Departamento do Mercosul do Ministério das Relações Exteriores, Otávio Brandelli, manifestou apoio à adesão da Bolívia ao bloco, durante audiência da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul).

De acordo com Brandelli, a proximidade geográfica e as significativas reservas de gás e de lítio do país são os principais motivos que demonstram que a Bolívia será uma grande parceira do Mercosul.

O diretor lembrou que a maior fronteira terrestre do Brasil é justamente com a Bolívia, com mais de 3,4 mil quilômetros de extensão. Ainda segundo ele, a Bolívia é o principal fornecedor de gás natural para o Brasil, tem grande potencial hidrelétrico e o segundo maior estoque

mundial de lítio, mineral usado na fabricação de baterias de produtos eletrônicos

A audiência foi a primeira etapa do processo de ratificação do protocolo de adesão do país ao Mercosul, assinado em 2015. O texto relatado pela senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ainda será examinado pela Câmara e pelo Senado.

A adesão da Bolívia não é totalmente aceita pelos demais países do Mercosul. A relatora destaca em seu voto — favorável à adesão — três argumentos contra a Bolívia: a desapropriação de ativos da Petrobras no país e imperfeições do regime democrático boliviano, além da possível criação de obstáculos à celebração de acordos entre o Mercosul e demais países e blocos regionais.

Debatedores apoiam MP que muda regras para registro de nascimento

Os cartórios já estão preparados para adotar as novas exigências de registro de nascimento, afirmou ontem o presidente da Associação dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo, Leonardo Munari de Lima. Ele foi um dos participantes de audiência pública sobre a Medida Provisória (MP) 776/2017, que determina que a certidão de nascimento registrará como naturalidade o município de residência da mãe, e não o de nascimento do bebê.

Segundo o governo, a MP corrige distorção no registro de nascimento que prejudica pequenos municípios nos programas de repasse de recursos públicos. Como faltam maternidades nas pequenas cidades, as mães são obrigadas a dar à luz em outros municípios. A MP estabelece que a naturalidade será o local em que vive a mãe.

O presidente da comissão mista responsável por analisar a MP, deputado Fausto Pinato (PT-SP), anunciou nova reunião hoje para exame do relatório, elaborado pela senadora Regina Sousa (PT-PI).

Lima concordou que “a naturalidade não é onde se nasce, mas onde se vive” e lembrou que a prática atual cria um cenário artificial da naturalidade. Ele informou que o sistema de registro de pessoas conta com uma rede integrada em 15 estados e que deve ser expandida até cobrir todo o país. O sistema reúne 96 milhões de registros, sendo 60 milhões de nascimento, 17,5 milhões de casamentos e 18,5 milhões de óbitos, explicou.

Já Thiago Almeida Garcia, coordenador-geral do Registro Civil de Nascimento do Ministério dos Direitos Humanos, fez um relato pessoal para demonstrar apoio à MP: sua certidão diz que ele é natural de Itaguaí (SC), quando só esteve na cidade duas vezes.

Também participaram representantes da Associação dos Notários e Registradores do Brasil, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do IBGE, do Comitê Gestor do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil e da Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais.

Voto de censura à Venezuela será avaliado hoje pelos senadores

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, informou ao Plenário que um requerimento de voto de censura à Venezuela será votado no Plenário hoje. Na sessão de ontem, Ricardo Ferraço (PSDB-ES) cobrou a votação do requerimento, de autoria dele. Para Ferraço, o Senado precisa se posicionar contra “a escalada de violência, a limitação da liberdade de expressão e o atentado contra as instituições democráticas” no país governado por Nicolás Maduro.

O tema causou polêmica em Plenário, com alguns senadores apoiando e outros criticando o voto de censura.

Reguffe (sem partido-DF) apoiou o requerimento. Magno Malta (PR-ES) afirmou que “há um banho de sangue em Caracas”. Randolfe Rodrigues

(Rede-AP) disse que não é possível tolerar nenhuma ditadura, seja de qual ideologia for. Para Aécio Neves (PSDB-MG), a situação exige posicionamento de todas as democracias do mundo, e Ronaldo Caiado (DEM-GO) declarou que o voto de censura é o mínimo que o Senado pode fazer.

Para Humberto Costa (PT-PE), porém, o Brasil não pode ser exemplo de democracia, depois do “golpe” que afastou Dilma Rousseff. Ele sugeriu a criação de comissão externa para ir à Venezuela. Para Lindbergh Farias (PT-RJ), o Brasil precisa retomar o papel de intermediário de conflitos. João Capiberibe (PSB-AP) argumentou que toda violência é condenável, mas disse que a preocupação maior deve ser com a violência no Brasil.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burle
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Comissão aprova incentivo à produção de café superior

Intenção do projeto é elevar a qualidade do café, estimulando a produção, a industrialização e a comercialização. Entre as novidades, está a oferta de linhas de crédito para aumentar investimentos

A PRODUÇÃO DE café superior poderá ganhar incentivos no Brasil. É o que decidiu a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao aprovar ontem projeto que institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Café de Qualidade. A proposta segue agora para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

A política de incentivo prevista no Projeto de Lei da Câmara (PLC) 41/2017 inclui o crédito rural para a produção, a industrialização e a comercialização; a pesquisa agrícola e o desenvolvimento tecno-

lógico; a assistência técnica e a extensão rural; e as certificações de origem, social e de qualidade dos produtos.

A medida pretende elevar a qualidade do café por meio do estímulo à produção, à industrialização e à comercialização de cafés de categorias superiores.

Entre as ações que deverão ser implantadas na execução da política, estão estabelecer parcerias com entidades públicas e privadas, considerar as reivindicações e sugestões do setor cafeeiro e dos consu-

midores, apoiar o comércio interno e externo de cafés especiais e de qualidade e ofertar linhas de crédito que viabilizem os investimentos para produção ou industrialização de cafés de qualidade.

Do deputado Evair Vieira de Melo (PV-ES), o projeto teve como relator substituto o senador Omar Aziz (PSD-AM).

Safra recorde

Em 2016, o Brasil colheu a safra recorde de mais de 50 milhões de sacas de 60 quilos, um acréscimo de 18,8% em relação à anterior. De acordo com o Ministério da Agricultura, o valor bruto da produção da lavoura de café foi superior a R\$ 24 bilhões em 2016, 20% superior ao anterior.

O café arábica representa 85% da produção do grão, enquanto a produção do conillon ou robusta corresponde a cerca de 15%. Destacam-se Minas Gerais, maior produtor nacional do grão, com 60%, e Espírito Santo, com 16%, e maior produtor de café conillon, com cerca de 65% da produção nacional da espécie.



Omar foi relator substituto do texto, que vai para a Comissão de Agricultura

Mudança de meta do superavit gera debate em comissão

O relator do projeto que torna crime de responsabilidade a alteração da meta de superavit primário após o primeiro semestre legislativo, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), declarou voto favorável à proposta em razão dos gastos do governo, que desde 2014 é superior à arrecadação, comprometendo a economia do país.

De autoria de Fernando Bezerra Coelho, o PLS 165/2015 gerou um grande debate ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e foi concedida vista coletiva ao projeto.

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que o relatório de Ferraço é coerente. Mas disse acreditar que o governo não vai deixar que a proposta siga em frente porque a aprovação significará o impeachment do presidente Michel Temer, que está prestes a mudar a meta fiscal.

O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) também defendeu o projeto e disse que a má gestão é uma das causas da crise do país.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) criticou a redução da atividade econômica e

a elevação da taxa de juros. Assim como Lindbergh, ele disse que a aprovação do projeto, nos moldes propostos por Ferraço, vai causar a prisão de Temer e Meirelles. O senador afirmou que espera que a proposta seja aprovada por esse motivo.

— Para saber se realmente a posição é ideológica por parte da oposição, se eles [o governo] são capazes de fazer em contradição com seus próprios interesses o que propunham ontem, eu encaminho, ao contrário do Lindbergh, por coerência também, mas uma coerência ao contrário, a favor da votação dessa maldita proposta. Eu quero ver o que acontece e quero ver se o presidente e o ministro irão, sob o patrocínio do senador Ferraço, rapidamente para a cadeia.

O senador Cidinho Santos (PR-MT) pediu vista e disse que é preciso entender que o atual governo pegou o país com um grande déficit.

— Acho que, para o futuro, é interessante a gente discutir realmente a implementação, mas temos que entender a situação extraordinária por que passa o país nesta crise.

Indústria critica mudança em financiamentos do BNDES

Representantes do setor industrial criticaram ontem a medida provisória que muda a taxa de juros para financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Eles participaram de uma audiência pública na comissão mista que debate a medida.

O relator da MP 777/2017, deputado Betinho Gomes (PSDB-PE), deverá ler hoje seu parecer. A MP cria a Taxa de Longo Prazo (TLP), que será usada como referência para os contratos firmados pelo BNDES a partir de janeiro de 2018.

A TLP vai substituir a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) nos empréstimos que utilizam recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Fundo de Participação PIS-Pasep e do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

A diferença entre as duas é que a nova taxa será calculada mensalmente com base na variação de um título público (NTN-B), mais a variação da inflação (IPCA).

O objetivo, segundo o governo, é que a principal taxa de investimentos de longo

prazo do país reflita as condições de mercado.

Para os representantes da indústria, o critério fará com que a TLP seja mais alta e mais volátil do que a TJLP, desestimulando o investimento privado.

O diretor do Departamento de Competitividade e Tecnologia da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), José Ricardo Roriz, disse que, se já estivesse em vigor, a TLP estaria hoje entre 9% e 9,5%, em termos nominais. Descontada a inflação, a TLP seria igual à taxa Selic. A TJLP atual é de 7% ao ano.

O senador José Serra (PSDB-SP) também criticou a MP. Para ele, a mudança não tem coerência e não vai ajudar o lado fiscal da economia.

— Do ponto de vista fiscal, essa medida não quer dizer nada e cria uma dificuldade.

O secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Mansueto de Almeida, disse que o momento é ideal para a mudança porque a inflação e a taxa de juros básica (Selic) estão em queda.

Da Agência Câmara

Conselho de Ética arquiva denúncia contra senadoras

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado votou ontem pelo arquivamento da denúncia apresentada contra as seis senadoras que ocuparam a Mesa do Plenário no dia 11 de julho para tentar impedir a votação do projeto da reforma trabalhista (PLC 38/2017).

A denúncia (DEN 1/2017) foi apresentada por José Medeiros (PSD-MT) com o apoio de outros 14 senadores.

O presidente do Conselho de Ética, João Alberto Souza (PMDB-MA), submeteu ao plenário da comissão a questão de ordem apresentada

pelo senador Humberto Costa (PT-PE) de reconsiderar a denúncia contra as senadoras Ângela Portela (PDT-RR), Fátima Bezerra (PT-RN), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Lídice da Mata (PSB-BA), Regina Sousa (PT-PI) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

O arquivamento foi aprovado por 12 votos a 2 e 1 abstenção.

Votaram contra o pedido de reconsideração os senadores Airton Sandoval (PMDB-SP) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

A abstenção foi do corregedor do Senado, Roberto Rocha (PSB-MA).

Audiência debaterá royalties da mineração para saúde e educação

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá promover audiência sobre projeto que destina à educação e à saúde os recursos da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Mineiros (Cfem).

O relator do PLS 254/2013, Flexa Ribeiro (PSDB-PA),

indicou a rejeição do texto. Mas a votação foi adiada após pedido de vista apresentado por Cristovam Buarque (PPS-DF), favorável à aprovação.

A Cfem é um tributo pago pelas mineradoras como forma de compensação pelo aproveitamento econômico dos recursos minerais.

Temer sanciona lei de convalidação de incentivos fiscais

Foi sancionada pelo presidente Michel Temer e publicada ontem no *Diário Oficial da União* a Lei Complementar 160/2017, que convalida os incentivos fiscais relativos ao ICMS concedidos irregularmente pelos estados a empresas e indústrias. O texto tem origem no PLS 130/2014 — Complementar, aprovado em julho pelo Senado, e já está em vigor.

A lei tem o objetivo de dar fim à guerra fiscal entre estados, criando regras mais flexíveis para esses incentivos. Ao mesmo tempo, garante aos estados que já contam com empreendimentos atraídos por meio dessa prática a sua continuidade.

De acordo com o texto, não é mais necessário que um estado obtenha concordância unânime de todos os membros do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) para conceder um incentivo fiscal. Será necessária a anuência de dois terços dos estados.

Para não perder a eficácia, os incentivos fiscais irregulares que já estão em vigor deverão ser validados pelo Confaz nos próximos 180 dias.

Líder indígena apela ao Senado por demarcações

Em audiência, representante dos índios pediu que senadores se manifestem contra a adoção marco temporal de 1988 como critério na demarcação de terras tradicionais. Questão está em análise no STF

O COORDENADOR-EXECUTIVO DA Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Elizeu Lopes Guarani-Kaiowá, pediu o apoio do Senado para evitar que as demarcações de terras tradicionais fiquem restritas ao marco temporal de 1988, quando foi promulgada a Constituição. Ele pediu que os senadores se manifestem em favor dos índios e informou que o Supremo Tribunal Federal (STF) decidirá no dia 16 sobre três demarcações: a do Parque Indígena do Xingu (MT), a da Terra Indígena Ventarra (RS) e a de terras dos povos nambiquara e pareci.

A decisão do Supremo poderá gerar consequências

para todas as demarcações. O governo Temer já sinalizou que pretende adotar o marco temporal como critério. Por isso, os índios têm se mobilizado por seus direitos, explicou Lopes.

O apelo foi feito em audiência pública ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH). A audiência foi iniciativa da presidente da comissão, Regina Sousa (PT-PI).

Lopes lembrou que os índios ocupam as terras desde muito antes de 1988, quando muitas áreas não haviam sido reconhecidas pelo governo.

— Quero pedir à comissão, aos senadores, que se manifestem, com o Ministério Público, e fortaleçam esse apoio para

que não seja aprovado esse marco temporal. Porque, se for aprovado, vai ser legalizado esse verdadeiro massacre que estamos vivendo no Brasil.

O subprocurador-geral da República Luciano Mariz Maia, representante do Ministério Público Federal e do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, disse que as terras em conflito pertencem aos índios.

— Não há disputa de direitos com os índios. O que há é invasão de terras indígenas pelo não índio, é a violência tirando os índios à força, matando-os ou removendo-os. E o Estado incapaz de garantir o direito dos índios.

Já o defensor público federal



Regina Sousa coordena audiência com Elizeu Lopes (E) e Luciano Mariz Maia

Lucas Cabette Fabio afirmou que os ataques aos direitos dos índios se dão em nome do desenvolvimento econômico e questionou se é esse tipo de desenvolvimento, relacionado a problemas como mudança climática e seca, que se busca.

Telmário Mota (PTB-RR)

afirmou que o governo precisa proteger os indígenas:

— É uma luta infernal. É preciso, sim, fazer políticas públicas que respeitem direitos e realmente incluam as comunidades indígenas dentro de todos os processos, sociais e econômicos — disse o senador.

Proposta quer incentivar produção de energia renovável

Projeto que objetiva estimular a pesquisa e a inovação em fontes alternativas de energia foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Segundo o PLS 696/2015, os recursos devem sair do setor de petróleo e gás e das concessionárias do setor energético, que já são contratualmente obrigadas a destinar verbas às áreas de desenvolvimento e inovação. A proposta segue para a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

A intenção do autor, Cristovam Buarque (PPS-DF), é direcionar parte dos recursos que distribuidoras, geradoras e transmissoras de energia elétrica já são obrigadas a aplicar em pesquisa e desenvolvimento aos projetos

relacionados a fontes de geração de energia alternativa e renovável. Entre elas, redes elétricas inteligentes, armazenamento, eficiência energética, tecnologia de baixo carbono, cogeração qualificada e energias eólica, solar, de biomassa, hídrica e mareomotriz.

O relator, Roberto Requião (PMDB-PR), apresentou substitutivo com algumas alterações, entre elas a definição de percentuais que as empresas devem aplicar na pesquisa de fontes alternativas de energia.

As concessionárias de petróleo e gás natural também seriam obrigadas a investir em pesquisa no setor energético, com destinação de até 1% da receita bruta da produção do campo de petróleo ou de gás.

Comissão debaterá revitalização dos Rios Doce e São Francisco

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem a realização de audiências públicas para discutir a situação dos grandes rios brasileiros, em especial o Doce e o São Francisco.

A avaliação das políticas públicas para a revitalização das bacias hidrográficas brasileiras é um dos objetivos do plano de trabalho elaborado pela CMA para 2017.

“A escolha é de extrema relevância no atual contexto de crise hídrica”, explica Cidinho Santos (PR-MT), autor da proposta.

O senador citou como exemplos da importância do tema a tragédia do rompimento da barragem da mineradora Samarco em Mariana (MG), em 2015, que

contaminou a Bacia do Rio Doce, e o início da operação do Eixo Leste da transposição do Rio São Francisco, no Nordeste.

Meio ambiente

Foram aprovados ainda requerimentos de solicitação de informações aos Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente.

Também foi lido relatório de Pedro Chaves (PSC-MS) considerando prejudicado projeto que proíbe o funcionamento de estabelecimentos de venda ou distribuição de agrotóxicos onde possa haver risco ao meio ambiente (PLC 10/2016). Segundo o relatório, o texto pretende regular questão já disciplinada pela legislação vigente.

Petecão alerta para risco de tragédia no Acre

Sérgio Petecão (PSD-AC) criticou ontem o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, e o presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Ricardo Soares, por não debaterem com parlamentares acrianos a situação dos seringueiros da Reserva Extrativista Chico Mendes, em Xapuri (AC). A área enfrenta conflitos por posse de terras.

— Estamos tentando marcar audiência e eles não têm encontrado espaço em suas agendas. Se vier a acontecer uma tragédia, faço questão de que fique registrado.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ministro falará a respeito de denúncia contra a Abin

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Sergio Westphalen Etchegoyen, comparecerá ao Senado amanhã para dar explicações sobre reportagem publicada na imprensa citando o suposto uso da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para investigar o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, e o ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato.

Etchegoyen foi convidado para falar numa audiência conjunta das Comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Os pedidos de audiência pública foram apresentados pelos senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Ana Amélia (PP-RS).

José Medeiros (PSD-MT) apresentou o requerimento para que seja feita uma reunião conjunta da CDH e da CRE.

Randolfe afirmou no requerimento que o país ficou “estarecido” com uma denúncia publicada em junho pela revista *Veja*.

Segundo a reportagem da revista, a Abin teria sido acionada para investigar ilegalmente a vida do ministro do Supremo Tribunal Federal Edson Fachin, em retaliação às investigações sobre crimes de organização criminosa, corrupção passiva e obstrução da Justiça que teriam sido praticados pelo presidente Michel Temer.

Para Randolfe e Ana Amélia, os fatos narrados pela revista ferem o artigo 37 da Constituição. O dispositivo

trata dos princípios que devem ser obedecidos por toda a administração pública nos três Poderes, como legalidade, moralidade e publicidade.

Para o senador, os fatos narrados são extremamente graves.

— Configuram crimes e se confirmados entrarão para a história como um dos mais graves atentados à separação de Poderes, desde a promulgação da Constituição de 1988.

Ana Amélia afirmou que, diante desse contexto, “o Poder Legislativo deve apurar as denúncias a fim de preservar a Constituição e responsabilizar os agentes públicos envolvidos”.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Gleisi rechaça acusações da Polícia Federal

Gleisi Hoffmann (PT-PR) criticou ontem a Polícia Federal por divulgar que ela e seu marido, o ex-ministro Paulo Bernardo, teriam sido beneficiários de doação ilegal da construtora Odebrecht para campanha eleitoral.

No Plenário, a senadora disse que não teme perseguição política.

— Eu não tenho medo, não. Podem soltar relatório da Polícia Federal, podem tentar fazer inquérito. Eu não tenho medo. Minha consciência é absolutamente tranquila. Eu não fiz nada de errado.



Roque de Sá/Agência Senado

Vanessa elogia nova eleição para governador do AM

A volta da população do Amazonas às urnas, para eleger um novo governador, foi comemorada por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

O motivo é a cassação, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), do governador e do vice eleitos em 2014. No segundo turno, são candidatos Amazonino Mendes (PDT) e o senador Eduardo Braga (PMDB). Segundo a senadora, o caso deveria servir de exemplo para o Brasil.

— Só uma nova eleição presidencial poderia ter feito o Brasil sair da crise institucional em que se encontra.



Valdemir Bonetto/Agência Senado